

REUNIÃO COM CECC / AR

8. OUTUBRO. 2014

Breve memorando:

- **1. setembro:** Os professores regressam às escolas, embora ainda não tivessem sido colocados os docentes da MI e da CI que, também estes, se deveriam apresentar neste dia. São alguns milhares.

- **8. setembro:** na véspera de saírem as listas, o país foi informado, por declarações conjuntas de responsáveis do MEC e de uma organização sindical de professores, que as listas que iriam sair no dia seguinte eram exemplares, não continham erros e tudo estaria a postos para que o ano escolar começasse da melhor forma.

- **9. setembro:** saem as listas de colocação de docentes por Mobilidade Interna e Contratação Inicial. Responsáveis do MEC divulgam que faltam colocar ainda cerca de 2.500 docentes, mas sendo em TEIP e escolas com contrato de autonomia, sê-lo-iam através de BCE.

- **10. setembro:** dada a quantidade de professores que se dirigem aos Sindicatos devido a erros nestas listas de colocação, ao mesmo tempo que se iniciam os recursos legalmente previstos, algumas organizações solicitam uma reunião ao ministro para colocarem os problemas identificados e procurarem solução para os problemas. Este pedido nunca teve qualquer resposta.

- **12. setembro:** sai a BCE 1. De imediato se identificam situações estranhas, como ultrapassagens que chegam a ser superiores a 4.000 lugares. Deteta-se que não foram respeitadas disposições legais constantes no DL 83-A/2014, de 23 de maio, designadamente no seu artigo 39.º, pontos 6, alínea a) (ponderação de 50% da avaliação curricular) e 14 (aplicação da portaria 145-A/2011, de 6 de maio: escala 0 – 20).

- **15. setembro:** face à acumulação de erros, os 7 sindicatos da Plataforma Sindical solicitam reunião política ao ministro e reunião técnica ao diretor-geral da DGAE. A primeira nunca teve resposta, a segunda foi de imediato marcada para dia 17, de manhã.

- **17. setembro:** realiza-se reunião na DGAE que se compromete a dar resposta positiva a todos os casos das MI e CI em que os erros resultem dos serviços do MEC ou das escolas, o que ainda não aconteceu. Contudo, não reconhece erro na BCE 1, insistindo em que apenas haveria diferenças de interpretação. Neste dia, às 20 horas,

em Conferência de Imprensa, o ministro da Educação e Ciência garante não haver erros e acusa alguns professores e alguns sindicatos de falarem em erros inexistentes.

- **18. setembro:** a Plataforma Sindical de Professores dirige-se ao MEC para tentar a realização ou marcação urgente de data de reunião, com ministro ou SEEAE, para provarem a existência de erros e tentarem encontrar uma solução. O MEC não corresponde ao que se desejava e as portas do ministério são trancadas. Depois das 15 horas, na Assembleia da República, o ministro Nuno Crato reconhece a existência de erros, pede desculpas, não refere situação da MI e CI, mas compromete-se com a manutenção dos docentes colocados na BCE 1 e afirma que eventuais duplicações serão analisadas caso a caso. Libera os diretores das escolas e agrupamentos de qualquer erro ou responsabilidade no sucedido.

- **23. setembro:** dado o arrastamento da situação, sem que se soubesse o que estaria a acontecer no sentido da resolução dos problemas, a Plataforma Sindical dos Professores pede, de novo, reunião ao ministro da Educação. Mais uma vez não obteve qualquer resposta.

- **26. setembro:** Sai RR2 (a RR1 não colocou contratados). Professores ficam a aguardar a saída da BCE2 para, de acordo com o que diz MEC, poderem optar. Neste dia abre a plataforma de candidatura às BCE para os professores clarificarem a sua candidatura, algo que tinha sido impossível da forma como havia sido anteriormente disponibilizada a aplicação. SÃO AS TAIS 1.347 PÁGINAS DE SUBCRITÉRIOS. SÃO DE DESTACAR OS PROBLEMAS COM OS SUBCRITÉRIOS, DECORRENTES DE ILEGALIDADES E OUTRAS, PROBLEMAS INTOLERÁVEIS NUM CONCURSO PÚBLICO DE ACESSO A EMPREGO, SOBRE OS QUAIS A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA, NO ENTENDIMENTO DESTAS ORGANIZAÇÕES, NÃO PODE DEIXAR DE INTERVIR. [MEMORANDO REFERENTE AOS SUBCRITÉRIOS.]

- **30. setembro:** Encerra período de clarificação de situação de candidatos à BCE.

- **3. outubro:** Ao final da manhã sabe-se que MEC, afinal, decidiu anular BCE1. Nova diretora-geral da DGAE envia informação sobre despacho de revogação e solicita aos diretores que assinem o despacho a entregar aos docentes das suas escolas (legalidade?). Ao final da tarde começam a conhecer-se resultados das BCE2.

- A partir desta data: comunicação social divulga que, segundo MEC, terão sido feitas um pouco mais de 800 colocações, das quais metade terão alterado colocações. Dizem haver pouco mais de 150 docentes que ficaram sem qualquer colocação. Surgem logo as dúvidas quanto a números: quantos foram colocados nesta BCE2? Essas 800 colocações são o quê, o total, os que já tinham obtido colocação também

nas BCE1? MEC não divulga listas (transparência e escrutínio público justificavam isso). Surgem problemas: colocações em 3, 4, 7 e até 8 escolas. Portanto há 800 colocações, mas não há 800 professores colocados. Surgem outros problemas: escolas da RR2 que já tinham professor, perdem-no por opção pela BCE2. Docentes que não obtiveram colocação na BCE2 querem então optar por RR2 mas esta já não autoriza indicando ter esgotado prazo para aceitação. Outros que querem escolher uma das opções, aplicação informa que, já tendo a outra colocação, é ultrapassado o número de horas legalmente autorizado para acumulação.

- **6. outubro:** MEC (SEEAE) depois de ter assumido erros e de reconhecer prejuízos diz, porém, que professores que pretendam ser indenizados deverão recorrer aos tribunais... INÉDITO: O RECURSO NÃO É PARA DIRIMIR DÚVIDA, MAS PARA TRANSFERIR PARA PRÓXIMO GOVERNO E EQUIPA MINISTERIAL A INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS QUE SÃO CAUSADOS POR ATUAIS. Alguma confusão é também instalada em relação à eventual abertura, esta semana, de dois “grandes concursos” para colocação de professores e resolução dos problemas, embora se trate apenas das já previstas RR3 e BCE3. Devido à situação vivida e se tudo correr bem, estas irão colocar um número de professores absolutamente inusitado para uma semana que se iniciou em 6 de outubro. Veremos se não haverá mais erros, como colocações repetidas ou de docentes entretanto colocados, o que poderá atrasar ainda mais o início de aulas para alguns alunos.

- Para além de tudo isto, decorre ainda até 23 de outubro o período de apresentação de documentos para efeitos de mobilidade por doença ou acompanhamento. Falta também que decorra o período de permutas legalmente estabelecido e que não foi ainda concretizado. Falta ainda corrigir os erros da MI e das renovações de contratos.

PROPOSTAS:

- Que sejam divulgadas publicamente, através do site da DGAE, as listas das BCE1 e 2, podendo, assim, conhecer-se, com rigor, a situação tal como ela está.

- Indemnização dos professores colocados nas BCE1 e que entretanto viram anulada a sua colocação, tendo em conta despesas efetuadas e a expectativa jurídica constituída com o ato entretanto anulado.

- Indemnização dos professores colocados na BCE1 e que entretanto viram anulada a sua colocação sendo colocados em situação mais desfavorável, tendo em conta despesas efetuadas e expectativa jurídica constituída com o ato entretanto anulado.

- Ressarcimento de despesas entretanto realizadas por outros docentes que, tendo de organizar a vida em função das primeiras colocações – BCE1 – viram a sua situação de colocação alterada, confrontando-se com a necessidade de reorganizar a sua vida pessoal e familiar.

- Levantamento e divulgação, em 13 de outubro (segunda), de todos os lugares ainda por preencher após RR3 e BCE3.

- Contagem do tempo de serviço a 1 de setembro a todos os docentes que venham a obter colocação até final do 1.º período. É a única forma de, pelo menos a este nível, evitar males ainda maiores, decorrentes de grandes injustiças.

- Resposta urgente aos recursos apresentados pelos professores em relação às MI e CI (para evitar mais perturbações) e resolução de todos os problemas que não sejam da responsabilidade dos candidatos.

- Autorização às escolas para que definam formas de compensação de aulas perdidas, designadamente, permitindo a contratação de docentes para esse efeito, o reforço de horários incompletos ou o pagamento de serviço extraordinário, quando necessário.

- Início do processo de revisão da legislação de concursos. No próximo ano, a situação poderá ser ainda mais caótica porque haverá, como este ano, MI, CI, RR, BCE, MpD, Permutas e também concurso Interno Intercalar e concurso externo para vinculação dos docentes, decorrente do completamento dos 5 anos de serviço. Concurso nacional assente no critério da graduação profissional. Falamos de concursos públicos, promovidos pelo Estado, para acesso a emprego público. Há princípios a respeitar como os da transparência, da equidade entre candidatos, entre outros. HÁ PROCEDIMENTOS CONCURSAIS OBRIGATÓRIOS QUE NÃO SE COMPAGINAM COM FORMAS DE SELEÇÃO ASSENTES EM DISCRICIONARIEDADE. SE CONSIDERARMOS QUE HÁ CERCA DE 900 ESCOLAS E AGRUPAMENTOS, A OPÇÃO É ENTRE UM CONCURSO NACIONAL POR GRUPO DE RECRUTAMENTO OU A MULTIPLICAÇÃO DESTES POR 900, ISTO É, A REALIZAÇÃO DE 29.700 CONCURSOS!

PACC

Não vamos hoje fundamentar, uma vez mais, por que consideramos essa prova inútil e até absurda. Falaremos, outrossim, de questões de legalidade em torno da prova. É que, mais do que, hoje, defender a eliminação desta prova, o que sempre será

justo, queremos garantir que os cerca de 8.000 candidatos eliminados das listas de concurso às CI, RR e BCE, de forma que consideramos ilegal, sejam imediatamente readmitidos nessas listas. Portanto, quando foi dito pelo senhor Ministro que, na contratação inicial tinham sido colocados 3.256 professores de um total de 28.000 e tal candidatos, isso não é certo. Os candidatos eram 36.000 e tal. Assim:

- Embora a legislação de concursos refira a PACC como “requisito” para a candidatura de docentes com menos de 5 anos de serviço, este ano, esse “requisito”, pura e simplesmente, não era verificável no momento da apresentação de candidaturas. Como tal, os docentes puderam concorrer por reunirem os requisitos exigíveis, isto é, também, os verificáveis.

- Para mais, após o período referente às reclamações, quando foram divulgadas as listas provisórias de ordenação, o requisito também não se verificava, pelo que depois desse período, tendo-se as listas convertido em definitivas, repetimos, definitivas, os docentes continuaram a integrá-las, tivessem ou não realizado a PACC.

- Quando saíram as listas de colocação por contratação inicial, verificou-se, no entanto, que cerca de 8.000 professores foram retirados pelo MEC por não se verificar o “requisito” PACC.

- Para além de não estarmos perante um requisito, havia agora de verificar ainda por que razão os professores não realizaram a PACC e, designadamente por que é que um número significativo deles foi retirados pelo JNP da lista de docentes chamados à segunda chamada:

. Há declarações de escolas que comprovam que os professores estiveram lá em dezembro e não as realizaram por falta de condições para tal. Destes, uns foram chamados em julho mas outros não;

. Há professores que se encontravam em internamento hospitalar na primeira data e foram excluídos da segunda chamada; há professores que estavam para realizar a segunda e não puderam por doença comprovada, alguns em internamento, mesmo, e foram depois excluídos dos concursos;

. Há professoras que faltaram por se encontrarem em gravidez de risco ou em licença de parentalidade devidamente comprovada, mas foram excluídas (não deverá a AR, pela subcomissão de igualdade, da 1.ª comissão, intervir?).

- Acresce ainda que houve uma completa desregulação em relação às normas de realização da prova: horas de início e término, condições de realização, etc., num quadro que só uma obstinação cega quer tomar como “normal”...

Vão de novo os tribunais encher-se de ações, pois os professores não se conformam com a condenação a um ano de desemprego. Vale a pena prejudicar assim as pessoas? Não deverão ser os professores readmitidos nas listas, dada a quantidade de ilegalidades (mesmo inconstitucionalidades) que estão presentes? O próprio Senhor Provedor de Justiça já se dirigiu à Presidente do JNP colocando dúvidas de processo que vão ao encontro de preocupações que colocamos.

Apelamos aos grupos parlamentares no sentido de desenvolverem adequadas iniciativas que permitam que os professores excluídos sejam imediatamente readmitidos nas listas dos concursos, quer RR, quer BCE. Independentemente da posição que se tenha relativamente a provas como as que foram aplicadas a 18 de dezembro e 22 de julho p.p., não é admissível o afastamento de milhares de candidatos ao exercício de funções docentes nas escolas públicas portuguesas, nas circunstâncias em que o MEC o fez.